

12 – PAISAGEM URBANA: PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

12.1 – PATRIMÔNIO CULTURAL

12.1.1 – INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.

Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos.

12.1.2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Patrimônio Cultural: marcos legais, bens tombados, preservados e tutelados

O processo de preservação da área na qual se insere a operação urbana consorciada (OUC) do Projeto Porto Maravilha indica o reconhecimento do valor e da importância cultural da região especialmente em termos da formação das primeiras áreas urbanas com funções religiosas militares e residenciais centrais e que depois acompanharam o desenvolvimento das funções portuárias de acesso e comércio. Indica valor também da implantação urbana de inspiração portuguesa guardada no parcelamento do solo e no traçado das ruas, edificações e ambiências que representam testemunhos da historicidade destes lugares e seu papel fundamental na implantação e evolução urbana da cidade.

Historicamente a região conhecida como Prainha, nas imediações da Igreja de São Francisco da Prainha representava um dos cais de atracação da cidade, menos nobre do que a Praça XV, e por onde desembarcavam, entre mercadorias e suprimentos de subsistência, os escravos vindos da África. Remanescente desta época é o marco simbólico da Pedra do Sal e as edificações que localizadas hoje no Morro da Conceição vão substituindo os locais do antigo mercado de escravos, cadeia etc.

Com o passar do tempo estes morros foram aos poucos sendo ocupados pelo uso residencial enquanto a cidade crescia e era urbanizada até que na passagem do século XIX

para o século XX o Rio sofre a grande intervenção modernizadora empreendida pelo Prefeito Pereira Passos que inaugura uma cidade moderna e pronta para aceitar o destino de se transformar em uma metrópole. Desta época é a urbanização e aterro da região do Porto que desde então recebe a configuração urbana que encontramos no local até hoje.

É esta feição de Porto da cidade, reconhecida como portadora de valor cultural para a cidade e preservada pelos instrumentos de tombamento e gestão urbana, que a OUC se propõe a revitalizar.

Estudos, pesquisas e projetos realizados e/ou propostos para os diferentes espaços urbanos que integram a área de intervenção realizados no âmbito de enfoques preservacionistas e de resgate e valorização da memória urbana local ratificam a importância do correr de morros formados pelo de São Bento, Conceição, Valongo, Livramento, Providência, Saúde, Gamboa e Pinto, como estruturantes tanto da malha urbana primitiva da cidade quanto da paisagem que com o passar do tempo tornou-se referência da região portuária do Rio de Janeiro.

Assim e tomando por referência o trabalho de Tângari e Silva (2003) a forma de ocupação destes morros ocorreu de maneira diferenciada e com a seguinte especialização de usos: religiosos e institucionais em São Bento, Conceição e Valongo; residencial no Livramento, na Providência e no Pinto¹; misto na Saúde e Gamboa. Os bens culturais preservados nesta área são bastante representativos destes diferentes modelos de ocupação da área e seu desenvolvimento urbano: mosteiro e igreja, fortaleza, observatório e residência episcopal nos Morros de São Bento, Conceição e Valongo; casas térreas e assobradadas, com fachadas de azulejos ou expressivas do melhor estilo eclético do século XIX, assim como cortiços e vilas representativos da evolução dos modelos habitacionais ligados aos modelos de trabalho – comércio, indústria, atividades portuárias nos morros do Livramento, Providência e Pinto; hospital e igrejas ao lado do uso residencial como na Gamboa e na Saúde. A rigor nos Morros da Conceição, Valongo, Livramento, Saúde e Gamboa vamos encontrar ocupações de tipo misto com predominância do uso residencial. No Morro de São Bento o uso residencial se restringe ao mosteiro beneditino ligado à Igreja de Nossa Senhora de Monserrate, e nos morros da Providência e Pinto vamos encontrar uma

¹ O Morro do Pinto não aparece nas pesquisas a que tivemos acesso. É um local eminentemente residencial, com estrutura urbana muito parecida com as dos Morros da Conceição e Valongo, e uma importante área verde em seu cume próximo à vertente do Morro da Providência e à Central do Brasil – Parque Municipal Machado de Assis –, possuindo imóveis residenciais com fachadas azulejadas tombadas pelo município. Este morro faz o fechamento da paisagem portuária na direção norte da cidade assim como emoldura o final da Avenida Presidente Vargas, na altura da Cidade Nova e da Avenida Francisco Bicalho.

ocupação quase exclusiva residencial, tendo o morro da Providência a peculiaridade de representar historicamente a primeira favela carioca.

Existe na área de intervenção da operação urbana um conjunto de ações de cunho preservacionista empreendidas pelas três instâncias governamentais responsáveis pela proteção legal dos bens culturais considerados como portadores de valores essenciais na construção da história, da memória e da identidade social na cidade do Rio de Janeiro. Tais ações, levadas a termo em épocas diferentes e a partir de perspectivas variadas, refletem momentos de um processo de preservação que vem ganhando consistência e densidade ao longo do tempo e na medida em que a cidade e seus moradores assim o determinam, mantendo modos de vida, hábitos, crenças, formas de usar e testemunhos materiais de uma cultura que ao se transformar valoriza o que de mais importante existe na tradição e na história, que é a possibilidade de partilhar memórias coletivas e individuais e produzir identidades culturais.

Neste sentido o instrumento mais abrangente e atualizado do processo de preservação é o Decreto que institui a Área de Preservação Ambiental Sagas (Decreto n.º 7351/1988) que envolve o patrimônio legalmente protegido pelas três instâncias governamentais – Iphan, Inepac e Prefeitura Municipal. No que diz respeito a mudança de modelo preservacionista para esta área, anteriormente centrado no valor dos imóveis isolados para a valorização dos conjuntos urbanos, não se pode deixar de destacar o papel pioneiro do Iphan no estudo das áreas de entorno do conjunto arquitetônico do Morro da Conceição, berço da instalação de fortaleza, igreja, residência episcopal e do comércio de escravos na cidade ao longo dos séculos XVII e XVIII. Trabalho desenvolvido pelo Iphan nos anos 1980 e que de certa forma desvendou a cidade mais antiga incrustada nos morros da região portuária quando a topografia local ainda era marcada pela forte presença do mar nas reentrâncias da costa e os alagados localizados nos baixios dos morros.

A poligonal definida como área da operação urbana consorciada do Projeto Porto Maravilha envolve expressivo conjunto de bens considerados como portadores de valor cultural para a cidade do Rio de Janeiro, protegidos de forma complementar pelas diferentes instâncias responsáveis pela tutela dos bens tombados e suas áreas de proteção a nível Municipal, Estadual e Federal. Estes imóveis encontram-se localizados tanto nas áreas

ADA - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA - deverá compreender as áreas que serão afetadas de forma direta e mais intensa pela implantação e posterior operação do empreendimento, constituindo-se na área interna ao perímetro da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

AIA - ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA - deverá compreender as áreas sujeitas aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características físicas, biológicas, socioeconômicas e culturais dos sistemas a serem estudados, nas particularidades do empreendimento proposto.

12.1.3 – SITUAÇÃO ATUAL

12.1.3.1 – Bens tombados, preservados e tutelados

Do ponto de vista da proteção legal instituída diretamente pelo instrumento do tombamento temos:

12.1.3.1.1 – Proteção Federal:

06 (seis) bens tombados isoladamente² na área do **Centro**: Banco Central, na Avenida Rio Branco, 30; Casa na Rua Mayrink, 9; Centro Cultural da Light, na avenida Marechal Floriano, 168; Colégio Pedro II, na avenida Marechal Floriano, 68 a 80; Sede do Iphan no Rio de Janeiro, na avenida Rio Branco, 46; Palácio Itamaraty, na avenida Marechal Floriano, 196.



² O conceito de “bem tombado isoladamente” é utilizado para distinguir daqueles que se referem a conjuntos urbanos ou arquitetônicos nos quais a importância exatamente se refere a ambiência formada por determinado grupo de edificações cujas características e estado de preservação enquanto conjunto adquire significado cultural cujo valor refere-se ao todo formado pelos vários imóveis e/ou equipamentos urbanos e elementos paisagísticos.

Foto 1: Banco Central



Foto 3: Centro Cultural Light.



Foto 5: Sede do IPHAN.



Foto 2: Rua Mayrink Veiga, 9



Foto 4: Colégio Pedro II



Foto 6: Palácio Itamaraty



01 (um) bem tombado isoladamente na **Gamboa**: Igreja Nossa Senhora da Saúde, Rua Silvino Montenegro s/n. °.



Foto 7: Igreja Nossa Senhora da Saúde

04 (quatro) bens tombados isoladamente e 01(um) bem tombado em conjunto na **Saúde** (Conjunto arquitetônico e paisagístico do Jardim e Morro do Valongo; Casa da Ladeira Morro do Valongo, 20; Fortaleza da Conceição, Praça Major Valo; Igreja de São Francisco da Prainha, rua Sacadura Cabral s/n.º; Palácio Episcopal, rua Major Daemon, 81.



Foto 8: Jardim e Morro do Valongo



Foto 9: Casa da ladeira do Morro do Valongo, 20.



Foto 10: Igreja São Francisco da Prainha.



Foto 11: Palácio Episcopal



Foto 12: Fortaleza da Conceição.

De um modo geral o tombamento de um determinado objeto/artefato é o resultado de um estudo que leva a uma avaliação e atribuição de valor que o insere num rol mais abrangente do universo cultural que individualiza/caracteriza determinadas sociedades ou grupos sociais. No caso do Iphan, e em especial em relação a estes treze bens tombados a nível federal na área da operação consorciada, os valores estabelecidos dizem respeito principalmente à historicidade e estética dos edifícios e lugares, traduzidos em inscrições nos livros do Tombo das Belas Artes e do Tombo Histórico. Apenas a casa na Ladeira do Morro do Valongo, tem sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que se constitui num outro tipo de valor. À maioria dos bens tombados pelo Iphan nesta área, portanto, são atribuídos os valores históricos e de belas artes sendo fácil deduzir que estes objetos participam de forma testemunhal da própria história de formação e desenvolvimento da cidade além de representarem a mestria e arte dos engenheiros, arquitetos e construtores que edificaram esta cidade.

Em relação à história de ocupação desta região as pesquisas a respeito dos bens tombados informam que a edificação mais antiga é o Palácio Episcopal, localizado na Rua Major Daemon, no Morro da Conceição, que data de 1702; seguido da Fortaleza da Conceição, de 1713; da Igreja de Santa Rita, na rua Marechal Floriano, de 1721; e da Igreja de São Francisco da Prainha, de 1738. Estas datas demonstram a antiguidade da ocupação da área do Morro da Conceição e seu entorno imediato e a participação desta área, hoje completamente integrada à cidade, na luta inicial pela ocupação e defesa do território que nos primórdios foi sustentada pelas elevações existentes no sítio escolhido para implantação da cidade, como o Morro Cara de Cão (próximo ao Pão de Açúcar), o Morro do Castelo, arrasado nos anos de 1920 no local onde hoje se localiza a esplanada do Castelo, o Morro de Santo Antonio, parcialmente desmontado junto ao Largo da Carioca e os Morros

de São Bento e da Conceição. Do ponto de vista da paisagem o Morro da Conceição forma, junto com o de São Bento, Livramento, Gamboa, Providência, Saúde, Pinto e São Diogo³, um conjunto de elevações contínuas que emolduram o pano de fundo da região do Cais do Porto (Cais da Gamboa e Galpões) projetado na gestão do prefeito Pereira Passos 1903-06 a partir da consolidação do aterro desta área.

Em 1750 surge a Igreja da Saúde, localizada no morro de mesmo nome e indicando uma espécie de seqüência temporal que se rebate sobre as edificações e ocupação do território e a casa na Ladeira do Valongo que data de fins do século XVIII. No século XIX temos o Colégio Pedro II, de 1837, que teria sido instalado em edificação que segundo consta seria de meados do século XVIII, e que se localiza na Rua Marechal Floriano antigamente conhecida como Rua Larga e que ocupa o baixio dos morros indicados na vertente oposta à do Cais do Porto. Ainda seguindo a ocupação desta parte da cidade vamos encontrar a casa na Rua Mayrink Veiga n.º 9, de 1840; o Palácio Itamaraty, na avenida Marechal Floriano n.º 196, de 1851/55.

No século XX e inspirados pela febre modernizante do prefeito Pereira Passos e suas reformas embelezadoras vamos encontrar o Conjunto do Valongo, jardim projetado por Pereira Passos em 1903-06; a Cia Docas de Santos, na Avenida Rio Branco 46, de 1904 e que junto com a Caixa de Amortização, Avenida Rio Branco 30, de 1905-06, participaram da abertura e decoração da nova Avenida Central, que demoliu parte expressiva da cidade colonial para no seu lugar implantar a cidade das luzes, representativa da *belle époque* francesa nos trópicos. E finalmente o Prédio da Light, na Avenida Marechal Floriano, de 1911.

Como instrumento de proteção das áreas que envolvem os bens tombados o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabelece “Portarias” através das quais delimita poligonais e define normas de ocupação das áreas de entorno dos bens tombados a nível federal.

Na área da operação urbana consorciada está em vigor a Portaria do IPHAN n.º 2, de 14 de março de 1986, que “Determina as especificações para construções, inclusive reformas e acréscimos, nas áreas de entorno do Palácio Itamaraty, na Avenida Marechal Floriano; o Conjunto arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo; o Palácio Episcopal e a Fortaleza da

³ Segundo as ilustrações do Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro: de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico / Verena Andreatta, editado pela ONG ViverCidades, o morro de São Diogo aparece até 1875/1876 como uma continuidade do morro do Pinto próxima à área destinada para “Parque das Exposições” onde depois foi construída a Estação de Ferro Leopoldina.

Conceição, no Morro da Conceição; a Igreja de São Francisco da Prainha, no adro da Prainha; a Igreja de Santa Rita, no Largo de Santa Rita; o Edifício da Antiga Caixa de Amortização, na Avenida Rio Branco; a Casa na Rua Mayrink Veiga n.º 9; o Edifício da Cia. Docas de Santos, na Avenida Rio Branco, e o Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano.”

A portaria delimita uma série de sub-áreas nas quais define o gabarito de forma a preservar a ambiência e visibilidade inerentes aos bens tombados (Anexo 3 – Planta 43).

É importante destacar que embora não estejam dentro da área da operação consorciada alguns bens tombados a nível federal (BTN, estadual (BTE) e Municipal (BTM) dialogam diretamente com esta região como a Igreja e Mosteiro localizados no Morro de São Bento (BTN), a Igreja da Candelária (BTN), na Praça Pio X, o Edifício Almirante Tamandaré, antigo Ministério da Marinha (BTE), na Praça Barão de Ladário s/n.º, o Hospital São Francisco da Assis (BTN) e o Campo de Santana (BTE), na Avenida Presidente Vargas, , assim como a antiga Estação Ferroviária Leopoldina – Estação Barão de Mauá (BTE), na avenida Francisco Bicalho, e o Hospital Frei Antonio (Lazareto) (BTM), na Praça Mário Nazaré, em São Cristóvão.

12.1.3.1.2 – Proteção Estadual

03 (três) bens tombados e integrantes de conjuntos na área do **Centro** (Banco Central, Avenida Rio Branco, 30; Sede do Iphan no Rio de Janeiro, Avenida Rio Branco, 46; Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra, Praça Duque de Caxias); e 01 (um) bem tombado isoladamente (Fábrica de Gás, Avenida Presidente Vargas, 2610).



Foto 13: Palácio Duque de Caxias



Foto 14: Antiga fábrica de Gás

No caso da área de influência do Projeto destacamos a presença do Campo de Santana, antiga Praça da República, importante parque do centro da cidade, localizado na Avenida Presidente Vargas, por sua relação com a história política da cidade, assim como com a paisagem cultural construída socialmente e a partir da relação com a preservação do meio ambiente. O campo de Santana, além de seu valor histórico, representa no centro da cidade e em meio a radicalidade da intervenção urbana de abertura da avenida Presidente Vargas, um verdadeiro oásis de área verde, com sombras de árvores centenárias, lagos e pequenos animais, formando um micro sistema ecológico em equilíbrio a ser preservado.

04 (quatro) bens tombados isoladamente no **Santo Cristo** (Alfândega, Avenida Rodrigues Alves, 81; Cemitério dos Ingleses, Rua da Gamboa, 181; Prédio da antiga estação e cocheira da linha de Carris de Vila Guarani, Rua Pedro Alves, 210; Superintendência Regional da Polícia Federal, antiga Imprensa Nacional, Avenida Rodrigues Alves, 1); e um bem tombado que integra o conjunto de caixas d'água, reservatórios e represas da Cedae construídos entre o século XVIII e o início do século XX, (Reservatório do Morro do Pinto, Pinto, Rua Monte Alverne n.º 40).



Foto 15: Prédio da Alfândega.



Foto 16: Cemitério dos Ingleses.



Foto 17: Estação e cocheira da Linha de Carris da Vila Guarani



Foto 18: Superintendência Regional da Polícia Federal

01 (um) bem tombado isoladamente na **Saúde** (Pedra do Sal, Rua Argemiro Bulcão).



Foto 19: Pedra do Sal.

A Resolução n.º 23 de 27/04/1987, da Secretaria de Estado da Cultura determinou, em 11/05/87, o tombamento definitivo da Pedra do Sal, criando respectiva área de tutela identificada pelas seguintes edificações: Largo João da Baiana n.º 33 e 35; Largo João da Baiana propriamente dito; Rua São Francisco da Prainha n.º 51, esquina com a Rua Argemiro Bulcão; Travessa do Sereno n.º 27, 29, 43 e 45; Travessa Argemiro Bulcão n.º 37 a 53; e Rua Sacadura Cabral n.º 97, esquina com a Rua Argemiro Bulcão.

01 (um) bem tombado que integra o conjunto de caixas d'água, reservatórios e represas da Cedae construídos entre o século XVIII e o início do século XX, na **Gamboia** (Reservatório do Livramento, na Ladeira do Barroso n.º 202).

Em relação ao conjunto de bens tombados a nível estadual o que se pode perceber é que estes são mais representativos dos séculos XIX e XX e procuram contemplar uma riqueza e multiplicidade de significados dos diversos equipamentos que a cidade ao longo de sua evolução urbana, estimulada pelo desenvolvimento tecnológico e a industrialização, vai receber. Além disso, certos bens que na área aparecem como tombados isoladamente, na verdade integram processos de preservação de conjuntos que se espalham ao longo da cidade como um todo. São reconhecidos como valiosos representantes dos equipamentos urbanos da cidade ao longo de sua evolução a Estação e Cocheira da Linha de Carris Guarani, de 1883, que representa o transporte de tração animal, localizada nas proximidades da Estação de Trem da Leopoldina e da Rodoviária Novo Rio, nos baixios do Morro do Pinto; os Reservatórios do Morro do Pinto (1874) e do Livramento (1882) que integram o conjunto de caixas d'água, reservatórios e represas da Cedae construídos entre o século XVIII e o início do século XX, representativos do sistema de abastecimentos de águas da cidade colonial; o Cemitério dos Ingleses, na Saúde, de 1809; e a antiga fábrica de gás (1853), localizada hoje da Avenida Presidente Vargas, também ao pé do Morro do Pinto. Além destes o estado vai reconhecer como portadores de valor cultural o Palácio Duque de Caxias, ao lado da Central do Brasil, na Avenida Presidente Vargas, de 1935, um autêntico exemplar do Estado Novo e da era Vargas no Rio de Janeiro e que também faz parte de um processo que preserva o conjunto de edificações de caráter público construídos entre 1934 e 1943, como representativos da imagem de nação moderna que o Estado Novo buscava construir nos anos 1930 e que inclui outros prédios localizados fora e dentro da área da operação consorciada. Assim dentro da área e integrante deste conjunto temos a Superintendência da Polícia Federal, antiga Imprensa Nacional, de 1940, localizada na Avenida Rodrigues Alves n.º 1; e a Alfândega, de 1944, também localizada na Avenida Rodrigues Alves n.º 81. Fora da área e parte deste conjunto são os edifícios do Ministério do Trabalho (av. Presidente Antonio Carlos), o Edifício Almirante Tamandaré, antigo Ministério da Marinha (Praça Barão do Ladário s/n.º), e o prédio do antigo entreposto de pesca na Praça XV, a CONAB.

Finalmente as edificações da antiga sede da Cia. Docas de Santos que hoje abriga a 6ª superintendência regional do Iphan e a sede da antiga Caixa de Amortização, que abriga o Banco Central, ambas na Avenida Rio Branco e que integram o tombamento em conjunto de sete edifícios e obelisco construídos na Avenida Rio Branco no período Pereira Passos. Os

demais edifícios que integram este conjunto e estão fora da OUC são: Centro Cultural da Justiça, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Av. Rio Branco n.º 155 a 159 e n.º 88 a 94, e obelisco.

Do ponto de vista da proteção ao entorno dos bens tombados a Legislação Estadual estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 2 de 11 de abril de 1969 que “Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção”, define:

“Artigo 7º - Sem a prévia audiência da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico não se expedirá nem se renovará licença para obra, para afixação de anúncios, cartazes, ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado”.

“Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se também às licenças referentes a imóveis situados nas proximidades do bem tombado, e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente”.

12.1.3.1.3 – Proteção Municipal

a) Bens tombados:

20 (vinte) bens tombados isoladamente no **Centro**, entre os quais uma estátua que pertence à escola Rivadávia Correa, uma estátua que pertence ao Palácio Itamaraty e um painel que pertence ao Edifício da Justiça Federal. (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – antiga Escola Municipal República da Colômbia – Rua Camerino, 51; Cortiço na Rua Costa Ferreira, 70; Cortiço na Rua Senador Pompeu, 43; Cortiço na Rua Senador Pompeu, 51; Edificação residencial, cortiço e comércio, Rua Senador Pompeu, 34; Edifício “A Noite”, Praça Mauá, 7; Escola Municipal Rivadávia Correa, Avenida Presidente Vargas, 1314; Estação Ferroviária Pedro II, Praça Cristiano Ottoni s/n.º; Estátua na Escola Rivadávia Correa; Estátua no Palácio Itamaraty; Imóvel na Praça Mauá, 2; Imóvel na Praça Mauá, 10; Moinho Fluminense, Rua Sacadura Cabral, 290; Prédio do Sindicato dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores urbanos de passageiros do Município do RJ, Rua Camerino, 66; Prédio onde funcionou a Embrafilme, Rua Mayrink Veiga, 28; Real Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, Avenida Marechal Floriano, 185; Sobrado na Rua Senador Pompeu, 32; Solar na Rua Barão de São Felix, 94; Vila Avenida Caruso, Rua Barão de São Felix, 97; Painel localizado na fachada frontal térrea junto ao pilotis do Edifício da Justiça Federal, Avenida Venezuela, 134.



Foto 20: Cortiço na Rua Costa Ferreira



Foto 21: Cortiço e comércio na Rua Senador Pompeu



Foto 22: Edifício " A Noite"



Foto 23: Escola Municipal Rivadávia Correa.



Foto 24: Estação Ferroviária Pedro II



Foto 25: Edifício na Praça Mauá, 2.



Foto 26: Edifício na Praça Mauá, 10.



Foto 27: Moinho Fluminense.



Foto 28: Rua Camerino, 66



Foto 29: Rua Mayrink Veiga, 28.



Foto 30: Real Benemérita Sociedade Portuguesa
Caixa de Socorros D. Pedro V.



Foto 31: Sobrado na Rua Senador Pompeu, 32.



Foto 32: Solar na Rua Barão de São Félix



Foto 33: Vila Avenida Caruso

08 (oito) bens tombados isoladamente na **Gamboa**, sendo duas pinturas murais que decoram bares tradicionais. Albergue da Boa Vontade, Praça da Harmonia s/n.º; Centro Cultural José Bonifácio, Rua Pedro Ernesto, 80; Escadaria, Rua Costa Barros, entre a Travessa Rosa Saião e Travessa Ladeira do Livramento; Estátuas, Rua Pedro Ernesto, 80; Galpões da estrada de Ferro Central do Brasil – Rua Barão da Gamboa com Rua da Gamboa (pátio de manobras da RFF); Pinturas a óleo sobre alvenaria, Rua Propósito, 6 (Bar Tapajós); Pinturas de Nilton Bravo no Café e Bar Sulista, Rua Coronel Assunção 357-A.



Foto 34: Albergue da Boa Vontade



Foto 35: Centro Cultural José Bonifácio.



Foto 36: Galpões da Estrada de Ferro Central do Brasil

12 (doze) imóveis tombados isoladamente no **Santo Cristo**. Bens localizados na Zona Portuária, Av. Rodrigues Alves s/n.º (armazéns 01 a 07); Chafariz “A fonte da Criança” Praça Santo Cristo; Conjunto de Edificações, Rua Farnese, 45, 49 e 51; Edifício de apartamentos, Rua Barão da Gamboa, 164 a 184; Galpão, Av. Rodrigues Alves, 303/331; Igreja de São Pedro, Rua Cardoso Marinho, 59; Hospital de Nossa Senhora da Saúde e Capela de Nossa Senhora das Graças, Rua Comendador Leonardo s/n.º; Imóvel, Rua Equador, 476; Sede da extinta revista O Cruzeiro, Rua do Livramento, 189; Trapiche Modesto Leal, Rua Santo Cristo, 152; Vila, Rua Marques de Sapucaí, 14.



Foto 37: Armazéns do Cais do Porto



Foto 38: Chafariz “A fonte da Criança”.



Foto 39: Galpão na Avenida Rodrigues Alves, 303/
311



Foto 40: Casa na Rua Farnese, 49/ 51



Foto 41: Casa na Rua Farnese, 45



Foto 42: Conjunto de apartamentos na Rua Barão da Gamboa



Foto 43: Vila Operária da Gamboa



Foto 44: Igreja de São Pedro



Foto 45: Fundos Hospital de Nossa Senhora da Saúde



Foto 46: Imóvel na Rua Equador



Foto 47: Sede da extinta revista O Cruzeiro



Foto 48: Trapiche Modesto Leal



Foto 49: Vila na Rua Marquês de Sapucaí.

04 (quatro) bens tombados isoladamente na **Saúde**, sendo um conjunto de duas estátuas em imóvel tombado. Fundação Manoel Lino Costa, Rua Sacadura Cabral, 152 e 154; Oratório do Morro da Providência, Morro da Providência; Prédio, Rua Sacadura Cabral, 145; Estátuas: Hipômenes e Atalanta – Rua Sacadura Cabral, 145.



Foto 50: Fundação Manoel Lino Costa



Foto 51: Oratório no Morro da Providência



Foto 52: Imóvel na Rua Sacadura Cabral, 145.

Na lista de bens tombados pela prefeitura da cidade, encontra-se uma grande diversidade de bens culturais, como edificações modernistas, ecléticas e *art déco*, pinturas, esculturas e painéis. Há prédios monumentais, escadaria, galpões, sobrados, cortiços e vilas.

Desde imóveis residenciais assobradados com fachadas azulejadas como os encontrados na Rua Farnese, no Morro do Pinto, até edificações modernistas como a Vila Operária da Gamboa, projetada por Lucio Costa e Gregori Warchavchik, passando por cortiços e vilas com casario revestido de tijolinhos do século XIX, a preservação empreendida pelo Município tem um forte caráter residencial e de preservação de elementos que caracterizam a forma de ocupação tradicional da cidade, especialmente os redutos de caráter residencial representativos das diferentes camadas sociais que integram a sociedade carioca ao longo do tempo. Privilegia, além disso, as relações da habitação com o trabalho, o comércio, a indústria e no caso específico da área da operação urbana consorciada, com as atividades portuárias e ferroviárias.

b) Bens preservados:

– ver “Relação dos imóveis preservados por subárea de proteção ambiental” que integra o Decreto n.º 7.351, de 14 de janeiro de 1988.

Do ponto de vista da legislação municipal de proteção, parte significativa da área da operação urbana consorciada do Projeto Porto Maravilha encontra-se na Área de Proteção Ambiental constituída por logradouros dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro – APA SAGAS, conforme o Decreto n.º 7.351 de 14 de janeiro de 1988 que regulamenta a

Lei n.º 971, de 4 de maio de 1987, que instituiu a referida APA. Dentre as principais atribuições da Lei, pode-se destacar:

- a manutenção das características consideradas importantes na ambiência e identidade cultural da área;
- preservação do bem cultural que apresenta características morfológicas típicas e recorrentes na área, sendo o mesmo, parte integrante de um conjunto de bens de valor cultural;
- estabelecimento de critérios para novos gabaritos;
- prévia aprovação para demolições e construções;
- criação de um escritório técnico se necessário, para fiscalização e acompanhamento das intervenções.

A partir de 1992 com o Plano Diretor Decenal, Lei Complementar 16/1992 foi instituída a Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, destinada a proteger o ambiente construído, passando a Área de Proteção Ambiental – APA, a ser utilizada apenas para o ambiente natural. Assim a APA Sagas se transforma em APAC Sagas.

As APACs vem sendo aperfeiçoadas como instrumento de construção de uma memória social urbana da cidade moderna. Mostram a importância dos conjuntos urbanos representativos das diversas fases de ocupação da cidade e de como estes lugares de memória atuam na formação de identidades culturais urbanas diferentes de bairro para bairro, de região para região, de localidade para localidade, o que torna cada ambiente único e familiar para os seus moradores e frequentadores.

Esta preservação do ambiente cultural busca:

- integrar o patrimônio cultural ao cotidiano da cidade e da vida de seus moradores;
- fortalecer a parceria entre o poder público e as comunidades na manutenção e melhoria da qualidade de vida;
- estimular e fortalecer a participação da comunidade no planejamento da cidade.

A criação/delimitação e normatização das APACs resulta de estudos que mapeiam, a partir de levantamentos e inventários das edificações e espaços urbanos existentes, estas áreas e procuram aferir os valores encontrados nos conjuntos urbanos levantados e considerados como passíveis de serem preservados e cujos imóveis passam a ser classificados como:

1. tombados – bens de valor excepcional;
2. preservados – bens caracterizadores do conjunto;
3. tutelados – os demais.

São considerados:

Bem preservado – aquele que pertence a um conjunto arquitetônico cujas características representem a identidade cultural de um bairro, localidade ou entorno de um bem tombado. Neste tipo de imóvel devem ser mantidas fachadas, telhados e volumetrias, sendo permitidas modificações internas, desde que se integrem aos elementos arquitetônicos preservados. O objetivo deste instrumento é preservar a ambiência urbana. O proprietário do imóvel preservado, assim como o do tombado, pode obter isenção do IPTU, desde que ele esteja em bom estado de conservação e caracterização.

Bem tutelado – aquele que situado no entorno dos bens tombados ou preservados pode ser renovado, substituído ou modificado com a anuência do órgão de tutela. Não possui valor de conjunto mas também não pode contribuir para a descaracterização do conjunto protegido.

Em 1992, através do Decreto N. 11.860, de 23 de dezembro de 1992, a prefeitura da cidade cria e delimita a área de especial interesse urbanístico da zona portuária. Dentro desta delimitação estão incluídos os armazéns de 01 a 08⁴.

O Decreto N. 19.014 de 5 de outubro de 2000 inclui na relação dos imóveis preservados por subárea de proteção ambiental, que consta no Decreto N. 7.351 de 14 de janeiro de 1988, os seguintes imóveis: Morro da Saúde, os prédios números 379, 433 e 435 da Avenida Rodrigues Alves.

Todo o imóvel construído até 1938⁵ está automaticamente protegido pelo poder municipal. Quaisquer obras, demolições ou alterações somente serão autorizadas após a aprovação da Secretaria Municipal de Cultura, sendo prevista pelo Decreto N. 20.048/2001.

O que tem norteado a preservação desta área, é a possibilidade de permanência dos marcos referenciais (acidentes geográficos) e edifícios históricos como cenários nos quais os cidadãos se identificam com sua cidade e bairro, o que os leva a valorizar o ambiente em

⁴ O armazém 08 não possui tombamento individual.

⁵ Como o primeiro cadastro municipal da cidade é de 1938, no carnê do IPTU todos os imóveis construídos anteriormente terão aquele ano como o ano de sua construção. Informação obtida na SMC.

que vivem, especialmente nas áreas eminentemente residenciais, relacionando os tipos de edificações e a morfologia das ruas com um estilo de vida que evoca costumes e hábitos que se modificaram nos atuais modelos de condomínios fechados, com ruas cada vez mais ocupadas por veículos nas grandes cidades, produzindo sociedades cada vez mais individualizadas. Nos morros que integram a OUC encontramos laços de sociabilidades e vizinhança muito diferentes das outras regiões da cidade capazes de constituir uma paisagem cultural efetivamente singular no panorama urbano, verdadeiros “lugares” na acepção que esta categoria de preservação do patrimônio imaterial, estabelecida pelo IPHAN em 2000⁶, pode referenciar. Podem ser vistos como lugares de memória em função das características históricas e antiguidade dos edifícios e da ocupação urbana, mas são também lugares no sentido de espaços urbanos representativos e propiciadores de determinado tipo de vida, lugares que produzem uma cultura urbana caracterizada por vários detalhes como o uso das ruas, portas e janelas abertas sobre os logradouros, permeabilidade entre o espaço privado e o espaço público como se um fosse a extensão natural do outro, etc. Integra esta cultura urbana o usufruto de um espaço urbano privilegiado em termos de fruição da paisagem circundante – construída e natural – tendo em vista a localização à cavaleiro em relação à cidade e o mar.

Bibliografia

ANDREATTA, Verena. *Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro: de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico*. Rio de Janeiro: ViverCidades, 2008.

CONSÓRCIO Rio Mar e Vila. *Patrimônio Histórico e Cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Relatório dos bens culturais da R.A.I. Setembro, 2007.

LODI, Cristina. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados*. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural, 2008.

SIGAUD, Márcia Frota & PINHO, Cláudia Maria Madureira de. (pesquisa e texto) *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante, Prefeitura, 2000.

TÂNGARI, Vera Regina & SILVA, Jonathas Magalhães Pereira de. *Requalificação urbana do Morro do Livramento: cenário e suporte para o futuro da área portuária do Rio de Janeiro*.

⁶ Segundo o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto n.º 3351, de 2000, “lugares são espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidiana quanto excepcionais, que constituem referência para a população”.

Apresentação de Estudos e Projetos de Intervenção no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos/IAB/RJ, Sessão de comunicação: Políticas Públicas de Habitação e Urbanismo.

12.1.3.1.4 – Legislação

Constituição Federal.

IPHAN

Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Portaria n.º 02, de 14 de maio de 1986.

Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000.

INEPAC

Decreto-lei n.º 2, de 11 de abril de 1969.

Lei n.º 509, de 3 de dezembro de 1981.

Decreto n.º 5.808, de 13 de julho de 1982.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada a 5 de outubro de 1989.

Artigos n.º 73, 74, 229, 230, 231, 261, 268, 322, 358.

Decreto n.º 23.055, de 16 de abril de 1997.

PREFEITURA Municipal do Rio de Janeiro

Lei n.º 971, de 4 de maio de 1987.

Decreto n.º 7.351, de 14 de janeiro de 1988.

Lei Complementar n.º 16, de 1992.

Decreto n.º 11.860, de 23 de dezembro de 1992.

Decreto n.º 17.109, de 1998.

Decreto n.º 19.014, de 5 de outubro de 2000.

Decreto n.º 20.048, de 2001.

Lei Complementar n.º 73, de 27 de julho de 2004.

12.1.3.1.4.1 – Idade dos Bens Tombados

12.1.3.1.4.1.1 – Bens Tombados com mais de 150 anos de construção

Federal:

- Fortaleza da Conceição – erguida em 1713.

- Palácio Episcopal – construído em 1702
- Igreja São Francisco da Prainha - construída entre 1738 a 1748
- Igreja de Santa Rita - 1721
- Palácio Itamarati – projetado entre os anos de 1851 e 1855
- Igreja Nossa Senhora da Saúde: as obras encerram-se por volta de 1750
- Colégio Pedro II – construção data de meados do século XVIII

Estadual:

- Antiga Estação e cocheira da Linha de Carris e Vila Guarani – construída em 1883.
- Cemitério dos Ingleses – aberto em 1809
- Reservatório do Morro do Pinto – construído em 1840
- Companhia Estadual de Gás – projetado e construído em 1853

Municipal:

- Solar à Rua Barão de São Félix
- Hospital Nossa Senhora da Saúde e capela
- Cortiço – Rua Senador Pompeu, 34

12.1.3.1.4.1.2 – Bens Tombados com mais de 100 anos de construção:

Federal:

- Conjunto Arquitetônico Paisagístico do Jardim do Morro do Valongo – construído entre 1903 – 1906
- Casa da Ladeira do Morro do Valongo – final do século XVIII características construtivas.
- Casa da Rua Mayrink Veiga – construída na década de 1840.
- Caixa de Amortização – construída entre os anos de 1905 – 1906

Estadual:

- Reservatório do Livramento – construído em 1882
- Hospital Moncorvo Filho (E) – Rua Moncorvo Filho, 90: Construído em 1899

Municipal:

- Conjunto de Sobrados na Rua Farnese nos 45-49-51

- Trapiche Modesto Leal
- Vila residencial na Rua Marquês de Sapucaí nº 14, Gamboa
- Centro Cultural Municipal José Bonifácio
- Fundação Manoel Lino Costa
- Prédio da antiga estrebaria, na Rua Sacadura Cabral no 145
- Oratório no alto do Morro da Providência
- Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.
- Armazéns Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 – construído entre os anos de 1908-1911
- Escola Municipal Rivadávia Correa (M) – Av. Presidente Vargas 1314
- Cortiço (M) – Rua Senador Pompeu, 43
- Edificação Residencial, Cortiço e comercial (M) – Rua Senador Pompeu, 34
- Sobrado (M) – Rua Senador Pompeu, 32
- Vila Avenida Caruso (M) – Rua Barão de São Felix, 97
- Prédio do Sindicato dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores urbanos de passageiros do Município do RJ (M) – Rua Camerino, 66 – construído em 1906
- Galpões da estrada de Ferro Central do Brasil (M) – Rua Barão da Gamboa com Rua da Gamboa (pátio de manobras da RFF) – construído em 1879
- Moinho Fluminense (M) – Rua Sacadura Cabral, 290 – construído em 1887.

12.1.3.1.4.1.3 – Bens Tombados Identificados por século de construção

- Cortiço (M) – Rua Costa Ferreira, 70 – Segunda metade do século XIX.
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (antiga escola municipal República da Colômbia) (M) – Rua Camerino, 51 – Primeira metade do século XX
- Imóvel (M) – Rua Equador 476 74 – Início do século XX.

Observações:

- 1) Não foi encontrada a data de construção no levantamento realizado na Prefeitura
- Imóvel (M) – Praça Mauá, 2
 - Edifício de apartamentos (M) – Rua Barão da Gamboa 164 a 184

- Igreja de São Pedro (M) – Rua Cardoso Marinho, 59
- 2) Não foi encontrado esse bem na relação dos bens tombados na Prefeitura
- Cortiço (M) – Rua Senador Pompeu, 51

12.1.4 – INTERVENÇÕES PROPOSTAS PELA OUC DO PORTO DO RIO ASSOCIADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Dentre as as varias intervenções da operação Urbana, estaremos destacando para análise aqueles que possam potencialmente causar impactos aos bens tombados: a implementação do novo sistema viário, os novos gabaritos propostos, e os possíveis impactos da requalificação e transformação urbana.

12.1.5 – IMPACTOS PREVISTOS - SITUAÇÃO FUTURA

Estaremos analisando os impactos da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio sobre o Patrimônio cultural preservado existente na área.

Existem, pelo que foi possível identificar, tipos diferentes de impactos sobre os projetos e ações preservacionistas existentes para a área.

12.1.5.1 – Impacto do sistema viário sobre os bens tombados

Na região dos bens tombados pelas diferentes instâncias governamentais e suas áreas de tutela, e sobre a APAC Sagas teremos a construção dos túneis propostos nos itens 5, 6 e 11 do Anexo II “Conjunto das principais intervenções” da Lei Complementar n.º 101 de 23 de novembro de 2009.

Recomenda-se que se leve em consideração o potencial arqueológico da área assim como a proximidade de bens tombados para que, sob nenhum pretexto, os bens sofram as consequências de desestabilização nos terrenos que podem ser provocados por este tipo de intervenção. Assim, os métodos de escavação a serem utilizados deverão ser previamente acordados com as instâncias responsáveis pela preservação dos imóveis localizados em áreas próximas às intervenções visando a prevenção de trepidação que eventualmente possa ameaçar os bens tombados e preservados.

São estas áreas:

1. O túnel sob o Morro da Saúde com duas galerias para a passagem de nova via de mão dupla entre a Rua Silvino Montenegro e a Rua Rivadávia Correa;

2. O túnel de acesso à Zona Portuária, paralelo ao túnel que substituirá o Elevado da Perimetral até o trecho sob a Praça Mauá e de onde seguirá por sob o atual prédio da Polícia Federal, tombado a nível Estadual, ate retornar à superfície na futura Via Trilhos. Além do prédio citado no texto do Anexo II da Lei complementar n.º 101, este túnel passará sob o prédio da Alfândega, Avenida Rodrigues Alves n.º 81, tombado a nível Estadual; o imóvel na Praça Mauá n.º 10, tombado a nível municipal e está na proximidade no imóvel n.º 2 da Avenida Rodrigues Alves, tombado a nível Municipal e o imóvel n.º 7 da praça Mauá – Edifício A Noite, tombado a nível Municipal.

3. O túnel a ser construído em substituição ao Elevado da Perimetral partindo das proximidades do prédio do Arsenal da Marinha, na Praça Barão de Ladário s/n.º, tombado a nível Estadual; passando sob a Praça Mauá e Avenida Rodrigues Alves até a altura do Armazém 5. Este túnel além de observar a proximidade do prédio do Arsenal da Marinha citado deve ter como preocupação a proximidade e estabilidade do Morro de São Bento sobre o qual se ergue o Mosteiro sob a mesma invocação tombado pelo Iphan.

12.1.5.2 – Impacto dos gabaritos propostos sobre a preservação da ambiência e visibilidade dos bens tombados

A preocupação com o impacto dos gabaritos sobre os imóveis e conjuntos preservados tem como fundamento a premissa estabelecida na legislação federal de preservação do patrimônio de que não se pode, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade. Além disso, os instrumentos mais modernos, como a criação das áreas de proteção do ambiente cultural – APAC, objetivam estabelecer mecanismos de preservação que mais do que voltados para os imóveis isolados garantam a manutenção dos ambientes urbanos marcados e identificadores de culturas locais, ambientes urbanos que por suas qualidades espaciais são capazes de gerar determinados modos de vida e convívio que são culturais. Em certo sentido a APAC pode ser considerada como um instrumento de valorização e preservação do que atualmente vem sendo conceituado como paisagem cultural, este agenciamento entre o homem e o meio ambiente que dado historicamente vem se recriando na lógica de transformação e preservação dos espaços urbanos e que mais do que preservar a materialidade dos espaços naturais ou urbanizados pretende garantir a permanência de modos de vida que dão sentido cultural a estas paisagens urbanas que assim podem ser chamadas de paisagens culturais.

Neste sentido, as construções lindeiras aos bens tombados pelas diferentes instâncias governamentais e suas áreas de tutela e sobre a APAC Sagas, merecem estudo dos órgão

de preservação no se que refere a possíveis impactos sobre a ambiência e visibilidade dos bens tombados.

12.1.5.3 – Impacto da requalificação e transformação urbana

É possível verificar a partir de uma simples observação, que cada localidade representada simbolicamente por um marco referencial (acidentes geográficos), no caso os morros existentes, possui características – estilos de vida, identidades culturais resultantes de histórias de vida e memórias individuais ou coletivas ligadas ao local que habitam e sua vizinhança – distintas e singulares. De um modo geral, em conversas informais pelas ruas, verificamos que o Morro da Conceição é considerado aquele que possui maior valor histórico e cultural, o que está mais preservado e que, portanto, tem um potencial de atração turística diferenciado e já conquistado. É observável a presença do poder público, de investimentos e da existência de uma política pública de preservação no Morro da Conceição que em 1998 foi escolhido como projeto piloto do Programa de Recuperação Orientada (proRIO), criado através do Decreto n.º 17.109 com o objetivo de “intensificar a articulação entre os diversos programas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, promovendo um conjunto de ações complementares à organização urbana, que visam reabilitar e valorizar o patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico.”⁷ Os habitantes do Morro da Conceição foram também personagens de um documentário dirigido por Cristiane Grumbach, em 2005, com o título *Morro da Conceição... Da dona Iria, do seu João, da dona Alzira, da dona Maria Amélia, do seu Feijão, da dona Duda, da dona Mida, do seu Chapéu...*, que procura mostrar a delicadeza das relações temporais dos moradores mais antigos com o bairro, e representar a densidade dos lugares de memória.

Uma observação importante refere-se às fronteiras dos morros que não se restringem às elevações e a ocupação urbana de inspiração lusitana das ladeiras e cumeadas, mas também a seus baixios, às ruas que lhes dão acesso e que os interligam, às zonas planas de intersecção entre as elevações.

Os demais morros, embora muito parecidos do ponto de vista da implantação urbana, das tipologias residenciais e até mesmo da população, parecem estar esquecidos e têm seus entornos junto à parte plana da cidade bastante degradados e carentes no que diz respeito ao atendimento da infra-estrutura urbana básica, desde a coleta regular de lixo, passando pela iluminação pública e presença de equipamentos urbanos decentes. É o caso do

⁷ *Morro da Conceição – da memória ao futuro*. Sigaud, Márcia Frota & Pinho, Claudia Maria Madureira de. Rio de Janeiro, Sextante Editora, 2000.

Livramento, Providência, Saúde, Gamboa e Pinto. Observamos que o serviço de coleta de lixo existe e tem sua rotina mas o lixo espalhado pelas ruas nos finais de semana indica a necessidade de desenvolver campanhas junto à população, coleta seletiva, assim como talvez intensificar a frequência da coleta.

A região onde se localiza o Morro da Providência é considerada a mais insegura e carente tendo em vista a presença da favela que mesmo tendo sido beneficiada pelos recursos do programa Favela Bairro ainda possui graves problemas de assentamento de sua população em condições mínimas de segurança e com qualidade de vida.

Um outro aspecto interessante da análise social e morfológica desta região é a de que todos os morros, com exceção do da Gamboa e da Saúde, mantêm relações com os dois lados da cidade aos quais acessam, ou seja, a região portuária e a região voltada para o Centro Administrativo e Comercial representado pelo eixo viário da Avenida Presidente Vargas.

Medida emergencial importante para a área é o investimento em melhorias urbanas e de infra-estrutura, assim como instalação de equipamentos urbanos que contribuam para a permanência e melhoria das condições de vida da população local. Neste sentido é preciso levar em consideração a preocupação com a elevação do nível social local trazido pela operação urbana consorciada do Porto do Rio, cuja elevação do patamar de poder aquisitivo pode levar a uma transformação do comércio local e conseqüente expulsão destas camadas da população mais pobre que habitam a região. Equacionar estes problemas onde os diferentes níveis sociais possam conviver de forma harmônica e sustentável é um desafio que se coloca para a Prefeitura diante da implantação desta OUC.

12.1.6 – MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS

12.1.6.1 – Medidas mitigadoras dos impactos

São as seguintes as medidas mitigadoras dos impactos:

a) **Permanência da população habitante nos locais** (nas áreas previstas como de uso residencial e nas consideradas como de especial interesse social, e habitação de interesse social) – sugere-se, como medida mitigadora, promover uma pesquisa sócio econômica específica, domiciliar, com o intuito de identificar a quantidade de domicílios nas áreas de interesse para manutenção do uso residencial, condições de conservação e ocupação, levantamento do quantitativo das edificações e população residente, renda, composição familiar, as principais atividades dos habitantes, etc. Pesquisa detalhada para conhecer o perfil da população e para verificar a necessidade de criação de linhas de financiamento

adequadas às possibilidades dos habitantes dos setores históricos no sentido de restaurar, requalificar e revitalizar estes imóveis para o uso residencial. Estes são dados fundamentais em processos que têm por premissa realizar operações de reabilitação e reassentamento habitacional como é o caso de parte da área da operação urbana consorciada. (Morros: Conceição, Livramento, Providência, Gamboa, Saúde e Pinto e parte de áreas planas já caracterizadas pelo projeto como de interesse social e habitação de interesse social)

Ainda neste aspecto de buscar fazer permanecer a população atual sugere-se o **desenvolvimento de ações educativas voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural** existente na área, desde a história da formação da região no desenvolvimento urbano da cidade passando pela biografia de cada edificação e conjunto de edificações tombadas e preservadas nesta área até a história de vida de seus moradores. Conhecer o patrimônio material e imaterial é uma forma de estabelecer ou descobrir vínculos identitários que uma vez recuperados contribuem tanto para a elevação da auto estima dos moradores quanto para a preservação dos espaços e edificações preservados.

b) Em relação à construção dos **túneis** propostos na OUC recomenda-se que os mesmos devem ter seus traçados e projetos, assim como definição de tecnologia para realização das escavações e consolidação das galerias, previamente aprovados pelas instâncias municipal, estadual e federal, responsáveis pela preservação dos bens tombados nos terrenos pelos quais passarão os túneis e nas suas vizinhanças imediatas. Deverão ter ainda o acompanhamento de equipes de arqueólogos para efetuar a identificação e salvamento de sítios no sub solo que possuam valor arqueológico.

c) Em relação aos gabaritos propostos para as áreas de entorno de bens tombados, medida mitigadora importante seria estabelecer critérios de ambiência para as construções lindeiras aos bens tombados.

12.1.7 – CONCLUSÕES

Entende-se que se forem adotadas as medidas mitigadoras recomendadas, estarão atendidas as preocupações relativas à preservação do patrimônio histórico.

Bibliografia

ANDREATTA, Verena. *Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro: de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico*. Rio de Janeiro: ViverCidades, 2008.

CONSÓRCIO Rio Mar e Vila. *Patrimônio Histórico e Cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Relatório dos bens culturais da R.A.I. Setembro, 2007.

LODI, Cristina. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados*. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural, 2008.

SIGAUD, Márcia Frota & PINHO, Claudia Maria Madureira de. (pesquisa e texto) Morro da Conceição: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante, Prefeitura, 2000.

TÂNGARI, Vera Regina & SILVA, Jonathas Magalhães Pereira de. *Requalificação urbana do Morro do Livramento: cenário e suporte para o futuro da área portuária do Rio de Janeiro*. Apresentação de Estudos e Projetos de Intervenção no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos/IAB/RJ, Sessão de comunicação: Políticas Públicas de Habitação e Urbanismo.